



Malan permanece no governo e FHC não vai mais reiterar esta afirmação

PRESIDENTE REJEITA REAL 2

O presidente Fernando Henrique Cardoso reafirmou ontem, por intermédio do porta-voz substituto da Presidência da República, Georges Lamazière, que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, permanecerá no governo e descartou a possibilidade de um novo plano econômico. Lamazière explicou que o encontro entre Fernando Henrique e Malan na noite de quinta-feira serviu para o ministro fazer um relato das negociações ocorridas em Washington.

A reunião, que durou até a madrugada de sexta-feira, teve a participação somente do presidente e de Malan, embora Fernando Henrique tenha jantado um pouco antes com o ministro do Desenvolvi-

mento, Celso Lafer, e com os professores José Arthur Gianotti e Juarez Brandão Lopes.

O porta-voz substituto fez questão de descartar também especulações sobre o controle da saída de capitais por parte da equipe econômica. Em relação à política de juros — se as taxas vão subir ou descer — ele comentou que isso dependerá do comportamento do mercado.

Lamazière disse que falta apenas a aprovação de duas medidas do ajuste fiscal pelo Congresso. "Não teremos Plano Real 2, não há nenhuma nova medida sendo pensada. Quanto ao encontro com o ministro Malan, o presidente não vai mais reiterar que ele permane-

ce no governo", disse Lamazière.

O presidente da República, segundo Lamazière, negou que os líderes partidários tenham fixado um prazo de 90 dias para a redução das taxas de juros.

"O presidente disse que não teve de nenhum líder a insinuação de prazo de nada para o governo enfrentar os problemas econômicos. Não há veracidade no que está nos jornais", disse Lamazière.

O porta-voz substituto da Presidência, Georges Lamazière, disse que o presidente FHC deve se reunir na próxima quinta-feira com os presidentes dos sindicatos dos metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, que é ligado à CUT, e de São Paulo,

Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, que comanda a Força Sindical. FHC quer discutir com os dois a proposta de renovação da frota nacional de carros, que poderá anunciar na próxima semana, caso o Senado aprove em definitivo o projeto que aumenta a contribuição previdenciária dos servidores ativos da União e crie uma taxação para os inativos.

"Caso o projeto da contribuição previdenciária seja aprovado pelo Senado, na terça-feira, é possível que essa decisão em relação à renovação da frota seja tomada na próxima semana mesmo. A aprovação do projeto ajudaria a fazer uma renúncia fiscal, no caso o IPI", disse Lamazière.